

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2026**

**PROCESSO 0160/2026**

O **MUNICÍPIO DE MARAU/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 87.599.122/0001-24, com sede na Rua Irineu Ferlin, nº 658, na cidade de Marau – RS, neste ato representado pela Prefeita Municipal de Marau **NAURA BORDIGNON**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alberto Borella, n.º179, Apartamento 604, Centro, nesta cidade de Marau – RS, doravante denominado **MUNICÍPIO** e ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º ....., com sede na Rua ....., n.º .....- Bairro ..... na cidade de ....., CEP ....., representada, neste ato, por ....., inscrita no CPF sob o nº ..... doravante denominado **DETENTOR DO PREÇO**, têm justo e acordado esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026**, com fundamento no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**1.0. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a *eventual Contratação de empresa para prestação de serviço de horas máquina para atender as necessidades das Secretarias Municipais*, especificada no edital de Pregão Eletrônico nº 06/2026 Registro de Preços 03/2026, e seus anexos, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2.0. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade máxima de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

<i>Item</i>	<i>Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>					
	<i>Descrição</i>	<i>Unid.</i>	<i>Quant.</i>	<i>Marca</i>	<i>Valor unitário</i> R\$	<i>Valor total</i> R\$

**2.2.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

**2.3.** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

**3. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**3.1.1.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**3.1.2.** Após o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da assinatura da ata, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá estar apto a iniciar a execução dos serviços, observadas as condições e prazos que vierem a ser estabelecidos pela Secretaria solicitante.

**3.1.3.** Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 03 (dois) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Secretaria Solicitante, a qual também estabelecerá o prazo máximo para a execução dos serviços.

**3.1.4.** O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

**3.1.5.** Caso não seja possível dar início a execução do objeto na data assinalada, o **DETENTOR DO PREÇO** e deverá comunicar ao Fiscal do Contrato das razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Secretaria requisitante, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

**3.1.6.** No caso de descumprimento dos prazos determinados, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

**3.1.7.** O **DETENTOR DO PREÇO** caberá indenizar terceiros e ao Município quanto aos possíveis danos decorrentes de dolo ou culpa ocorridos durante a prestação dos serviços, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**3.1.8.** O **DETENTOR DO PREÇO** deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

**3.1.9.** O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do **DETENTOR DO PREÇO**, por vícios de verificados posteriormente, garantindo-se ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

## **3.2. DOS SERVIÇOS E OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DO PREÇO**

**3.2.1.** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as especificações constantes na descrição do objeto do quadro do tópico 2. e demais disposições do Termo de Referência e do Edital.

**3.2.2.** O maquinário a ser utilizado na prestação dos serviços deverá ser operado/conduzido por motorista habilitado e integrante do quadro de funcionários do **DETENTOR DO PREÇO**, devidamente registrado, treinado, uniformizado e utilizando todos os equipamentos de proteção individual e coletivo necessários, exonerando-se integralmente o Município.

**3.2.3.** O maquinário disponibilizado deverá estar equipado com horímetro em perfeito estado de funcionamento, a fim de possibilitar o controle e a fiscalização diária das horas efetivamente trabalhadas. Os serviços serão acompanhados por funcionários da Prefeitura Municipal de Marau, que, ao final dos trabalhos, juntamente com o operador/motorista, realizará o controle das horas efetivamente executadas.

**3.2.4.** Juntamente com a ordem de serviço, a Secretaria Solicitante informará, de forma prévia os serviços a serem executados, os respectivos cronogramas, os locais de execução e os prazos para

a conclusão dos trabalhos, os quais deverão ser rigorosamente observados pelo **DETENTOR DO PREÇO**

**3.2.5.** Os serviços poderão ser requisitados em qualquer local dentro da circunscrição Municipal, incluindo zona urbana e rural, cabendo ao **DETENTOR DO PREÇO** a integral responsabilidade pela execução dos serviços.

**3.2.6.** Caso o maquinário apresente necessidade de reparos ou manutenções durante o período de execução dos serviços, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá providenciar, de forma imediata, os devidos consertos. Caso os consertos ultrapassem o prazo de 02 (dois) dias consecutivos, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá providenciar a substituição do maquinário, observado o disposto no item 6.5 do Termo de Referência, por outro com as mesmas especificações, garantindo a continuidade da prestação dos serviços, sem custos adicionais ao Município.

**3.2.7.** Havendo interesse por parte do Município, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá autorizar, sem quaisquer ônus ou direito à indenização, a instalação de sistema de rastreamento por posicionamento global (GPS) nos maquinários utilizados na execução dos serviços. Uma vez instalado o sistema de GPS, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá assegurar o zelo e conservação do mesmo, responsabilizando-se por eventuais danos decorrentes de mau uso ou violação do equipamento.

**3.2.8.** Os maquinários deverão estar em boas condições de conservação, sendo de inteira responsabilidade o **DETENTOR DO PREÇO** quaisquer danos ou avarias que porventura possam ocorrer durante a execução dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

**3.2.9.** Fica a cargo do **DETENTOR DO PREÇO** a guarda, vigilância e zelo pela segurança dos maquinários utilizados na execução dos serviços, tanto durante a realização das atividades quanto nos períodos em que os mesmos estiverem paralisados/estacionados aguardando a retomada dos trabalhos nos dias subsequentes, exonerando-se integralmente o Município.

**3.2.10.** Os valores propostos para a hora trabalhada deverão ser únicos, independente do horário, local ou condições de execução dos serviços.

**3.2.11.** A contagem das horas será iniciada a partir do momento em que o maquinário estiver efetivamente no local designado para a execução dos serviços, desconsiderando-se deslocamentos.

**3.2.12.** Todos os custos relacionados à execução dos serviços serão de responsabilidade exclusiva do **DETENTOR DO PREÇO**, comprometendo-se, ainda, a responder integralmente por eventuais danos causados ao patrimônio público, exonerando-se integralmente o Município.

**3.2.13.** O **DETENTOR DO PREÇO** deverá cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, responsabilizando-se pelo fornecimento dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo, de uso obrigatório, bem como, pela fiscalização do uso adequado desses equipamentos pelos seus empregados durante a execução dos serviços.

**3.2.14.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto contratado nos seus termos, bem como de dispor dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

**3.2.15. O DETENTOR DO PREÇO** é responsável por fornecer mão de obra qualificada para desempenhar todas as funções relacionadas ao objeto descrito no Termo de Referência e no Edital. Todos os custos associados à mão de obra, incluindo alimentação, hospedagem, carga, descarga, transporte e deslocamento, serão de responsabilidade do licitante. Além disso, o **DETENTOR DO PREÇO** será responsável pela segurança e integridade de seus funcionários durante toda a prestação dos serviços, exonerando-se integralmente o Município.

**3.2.16.** Todos os encargos trabalhistas, fiscais previdenciários e sociais, em relação ao quadro de pessoal que prestará os serviços, ora contratados, serão de exclusiva responsabilidade do **DETENTOR DO PREÇO**, assim como a responsabilidade civil e penal sobre eventuais danos e indenizações de qualquer espécie, que os mesmos vierem a dar causa, exonerando-se integralmente o Município.

### **3.3. DO CONTROLE, REGISTRO E RELATÓRIOS DE HORAS EXECUTADAS**

**3.3.1.** A cada serviço executado, o **DETENTOR DO PREÇO** deverá apresentar relatório individualizado de controle de horas, o qual servirá como base para fiscalização, conferência e posterior pagamento dos serviços prestados.

**3.3.2.** Cada relatório deverá ser numerado, de forma única, para fins de controle interno do Município e prevenção de duplicidade de documentos.

**3.3.3.** O relatório de controle de horas deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número do relatório;
- b) Identificação do local de execução dos serviços;
- c) Nome completo do operador/motorista responsável pelo maquinário;
- d) Data da execução dos serviços;
- e) Horário inicial dos trabalhos;
- f) Horário final dos trabalhos;
- g) Total de horas efetivamente executadas;
- h) Assinatura do operador e/ou responsável do **DETENTOR DO PREÇO**.
- i) Assinatura do responsável da Secretaria solicitante e/ou do Fiscal designado.

**3.3.4.** Os serviços executados serão acompanhados, fiscalizados e aprovados por servidor designado pela Secretaria Solicitante, que atestará a execução correta dos serviços e a compatibilidade das horas registradas no relatório.

**3.3.5.** Somente serão consideradas para fins de pagamento as horas devidamente registradas nos relatórios, conferidas e aprovadas pelo Fiscal do Contrato ou responsável da Secretaria Solicitante.

**3.3.6.** A apresentação de relatórios com informações incompletas, inconsistentes, divergentes ou sem as devidas assinaturas poderá ensejar a devolução do documento para correção, bem como a suspensão do pagamento correspondente até a devida regularização.

**3.3.7.** O Município poderá, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos, ajustes ou documentos complementares relacionados aos relatórios apresentados, visando assegurar a correta execução contratual e a fiel observância das horas efetivamente trabalhadas.

**3.3.8.** A falsidade de informações, duplicidade de relatórios ou divergências injustificadas entre os registros apresentados e a fiscalização realizada pelo Município poderão caracterizar

descumprimento contratual, sujeitando ao **DETENTOR DO PREÇO** às sanções previstas na legislação vigente e no contrato.

#### **4.0. DA SECRETARIA COORDENADORA E PARTICIPANTE(S)**

**4.1.** A Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária será a coordenadora, desta contratação e as Secretarias Municipais de Mobilidade Urbana e Zeladoria, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Segurança Pública, Secretaria Municipal de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Regularização Fundiária serão as secretarias participantes.

#### **5.0. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**5.1.** Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

#### **6.0. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**6.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura deste termo, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do **DETENTOR DE PREÇO**, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

**6.2.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

**6.3.** A prorrogação desta contratação está condicionada a:

**6.3.1.** Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

**6.3.2.** Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei n.º 14.133/2021.

#### **7.0. DO CADASTRO RESERVA**

**7.1.** O Anexo I da presente Ata constitui-se em cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses do Decreto Municipal nº 6.118/2024,

**7.2.** Os licitantes que integrarem o cadastro de reserva somente terão sua proposta, bem como sua documentação habilitatória, analisada, para fins de aceitação e habilitação, quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas seguintes hipóteses:

**7.2.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação.

**7.2.2.** Quando houver o cancelamento do registro do **DETENTOR DE PREÇO** ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 13.

## **8.0. DA ASSINATURA**

**8.1.** Após a homologação, o **DETENTOR DO PREÇO**, será convocado para assinar a ata de registro de preços, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1.** O prazo de assinatura poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do **DETENTOR DO PREÇO** ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**8.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital, nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.063/2020.

**8.3.** Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**9.1.** A presente Ata de Registro deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições contidas no Edital e todos os anexos fornecidos junto ao mesmo, observadas as normas contidas na Lei n.º 14.133/21, neste ponto, especialmente quanto a fiscalização dos fornecimentos decorrentes.

**9.2.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei n.º 14.133/21.

**9.3.** O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei n.º 14.133/21.

**9.4.** O e-mail indicado, qual seja, ..... será o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa. Sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

## **10. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**10.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados da data de apresentação da proposta financeira do **DETENTOR DO PREÇO**.

**10.2.** No caso do fornecimento ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro, utilizando como indexador o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

**10.3.** Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do **DETENTOR DE PREÇO**, desde que suficientemente comprovado o desequilíbrio de forma documental, conforme Decreto Municipal nº 5.751/2021.



**10.4.** O equilíbrio econômico-financeiro deverá ser pleiteado, protocolizando-o no Flowdocs, sistema eletrônico instituído pela administração pública para envio e recebimento de documentos de forma online, sendo que, durante o trâmite e despacho do protocolo, a entrega do objeto deverá ser mantida, sem prejuízo à esta Municipalidade.

**10.5.** Caso concedido, a empresa receberá o reequilíbrio, apenas sob os empenhos gerados a partir da data do protocolo.

## **11.0. DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**11.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**11.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**11.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**11.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

## **12.0. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1.** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, nas seguintes hipóteses quando o fornecedor:

**12.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

**12.1.2.** Não informar o recebimento da autorização da entrega, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

**12.1.3.** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

**12.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.1.5.** Não formalizar contrato decorrente do registro de preços, sem justificativa razoável;

**12.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item anterior será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**12.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**12.4.** Ainda, o cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

**12.4.1.** Por razão de interesse público;

**12.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

**12.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **13.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** Na vigência desta Ata, o **DETENTOR DE PREÇO** estará sujeito às seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

**13.1.1. Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar):** suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e/ou multa de até 10% sobre o valor estimado da contratação;

**13.1.2. Pequenas irregularidades para as quais tenha concorrido:** advertência por escrito sempre que verificadas;

**13.1.3. Quando não corrigir as deficiências solicitadas pelo Município, em tempo hábil, acertado pelo Município através do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s):** aplicação de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e suspensão do direito de licitar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos;

**13.1.4. Dependendo da gravidade da falta:** suspensão do direito de licitar com o Município, num prazo de até 02 (dois) anos e multa de até 10% (dez por cento);

**13.1.5. Nos casos de falta grave:** declaração de inidoneidade para licitar e contratar por até 5 (cinco) anos e multa de até 10% sobre o valor atualizado do contrato.

**13.2.** Para efeitos da aplicação das sanções previstas neste item, fica a exclusivo critério do contratante a definição do que sejam “pequenas irregularidades”, “gravidade da falta” e “falta grave”.

**13.3.** No caso de aplicação de multa, o **DETENTOR DE PREÇO** será notificado, por escrito, da referida sanção, tendo ele o prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, para recolher a importância à Secretaria da Fazenda, sendo necessária a apresentação de comprovante do recolhimento, para liberação do pagamento da parcela que tiver direito.

**13.4.** Salvo no caso de advertência, as penalidades serão registradas e publicadas no sítio eletrônico oficial do Município.

**13.5.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **14.0. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1.** O **DETENTOR** da Ata de Registro de Preços, deverá comunicar ao **MUNICÍPIO**, toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

**14.2.** Os licitantes participantes do processo licitatório devem ter pleno conhecimento de todas as disposições desta Ata, não podendo invocar nenhum desconhecimento como impeditivo do cumprimento de sua proposta ou de perfeito cumprimento da Ata.

**14.3.** Fica o **DETENTOR** desta Ata obrigado a manter, durante toda a execução, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme art. 92, XVI, da Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.



**14.4.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**14.5.** Os preços serão registrados no Setor de Compras, que poderá requisitar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante a solicitação formal pelo Secretário Municipal da unidade requisitante, de contrato administrativo junto a Secretaria de Administração, durante o período da sua vigência e nas condições deste edital, sendo que as contratações serão efetuadas após manifestação favorável da Secretaria Municipal de Administração.

**14.6.** O preço registrado com indicação dos **DETENTORES DE PREÇO** será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**14.7.** Aplica-se a presente Ata, no que couberem, as disposições da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123/2006, o Decreto Federal nº 11.462/2023 bem como os dispositivos da licitação que originou este registro.

## **15.0. DA COMPETÊNCIA**

**15.1.** As partes elegem o foro da Comarca de Marau – RS, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só fim.

Marau, ... de ..... de 2026.

---

**MUNICÍPIO DE MARAU**

---

**DETENTOR DE PREÇO**